



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000759-72.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: 3ª Prorrogação de vigência da Carta Contrato nº 018/2018 - Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para elaboração de projetos elétricos e complementares para atender as necessidades de fornecimento de energia elétrica dos edifícios Sede, Fórum e Anexo II deste TRE-RO - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 0473418 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo de contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de engenharia para elaboração de Projetos Elétricos e complementares para atender as necessidades de fornecimento de energia elétrica dos edifícios Sede, Fórum, e Anexo II deste Regional. Após regular procedimento licitatório, este Regional e empresa OLIVEIRA ARAUJO ENGENHARIA LTDA firmaram a Carta-Contrato nº 18/2018 ([0325247](#)) com vigência de 165 (cento e sessenta e cinco) dias e com prazo de execução de 75 dias, ambos contados a partir de 28/08/2018.

02. Mediante o Primeiro Aditivo ao instrumento contratual, estendeu-se os prazos de execução e vigência com termo final nas datas de 09/02/2019 e 10/05/2019, respectivamente (evento [0375526](#)). Após, tais prazos foram novamente dilatados, sendo estabelecidos os prazos de execução para o período de 10/02/2019 a 08/08/2019 e de vigência para 11/05/2019 a 06/11/2019.

03. No Despacho nº 3964/2019 – PRES/DG/GABDG ([0447446](#)), após ouvido o secretário da SAOFC ([0446039](#)), a diretora deste Regional indeferiu o pedido de uma nova prorrogação do prazo de execução ([0445552](#)), bem como determinou a instauração de procedimento para apuração de infração contratual e eventual aplicação de penalidade.

04. Em seguida, mediante Remessa SEMAP 0472485, o gestor remeteu os autos à SAOFC com intuito de que seja realizado aditivo contratual para registrar a prorrogação da vigência da Carta-contrato nº 18/2018 por mais 60 (sessenta) dias, tempo necessário para que a contratada conclua as correções necessárias para efetiva entrega dos projetos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

executivo, para tanto baseou-se na Informação nº 7446 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0470891](#)).

05. Diante disso, o titular da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC determinou a elaboração da programação orçamentária dessa possível despesa, a elaboração da minuta de termo e análise pela unidade jurídica, com vistas à posterior manifestação, conforme Despacho nº 5489/2019 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0472537](#)).

06. A Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, por meio do seu coordenador, informou que não haverá impacto financeiro na pretensa prorrogação contratual, consoante Manifestação 1354 ([0445553](#)), com isso, não há necessidade programação/reserva orçamentária.

07. Por fim, juntou-se aos autos a minuta do Terceiro Termo Aditivo ([0472537](#)). Assim instruídos, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise ([0472754](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

08. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

11. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da unidade gestora da Carta-Contrato nº 18/2018, a prorrogação pretendida é necessária para a execução completa dos serviços remanescentes.

12. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quinta do Carta-Contrato nº 18/2018**, a possibilidade de dilação do referido prazo encontra abrigo no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, verbis:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem grifo no original).

13. Contudo, verifica-se no caso analisado que o atraso no cumprimento do prazo de execução ocorreu devido culpa da contratada, conforme **DESPACHO Nº 3964 / 2019 - PRES/DG/GABDG (0447446)**, que inclusive indeferiu o pedido de prorrogação do prazo de execução feito pela empresa.

14. Diante deste contexto, o entendimento adotado é a prorrogação do prazo de vigência, pois não se pode executar contrato extinto. Atualmente, o Tribunal de Contas da União – TCU abandonou a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tese que o contrato de escopo está vigente enquanto não for entregue o objeto. Veja-se:

Assunto: CONTRATOS. DOU de 05.06.2013, S. 1., p. 88. Ementa: notificação ao [...] no sentido de que foi identificada irregularidade (nas obras e serviços de adequação e reforma de armazém) caracterizada pela **celebração de termo aditivo de prorrogação de prazo contratual com vigência do contrato já expirada e execução de serviços sem amparo contratual**, constituindo infração ao art. 60, “caput”, da lei nº 8.666/1993 e à jurisprudência do TCU. (Item 9.1.4, TC-000.660/2013-2, Acórdão nº 1.302/2013-Plenário – sem grifo no original)

Assunto: CONVÊNIOS e LICITAÇÕES. DOU de 10.06.2011, S. 1, p. 142. Emenda: determinação à [...] para a adoção das seguintes medidas, ao participar de convênios e contratos, com emprego de recursos públicos federais: a) [...]; c) **não celebre termo aditivo a contrato cujo prazo de vigência tenha expirado, por ausência de previsão legal**, observando-se o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993. (Item 9.8.1 a 9.8.3, TC-013.727 /2005-0, Acórdão nº 3.863/2011-2ª Câmara – sem grifo no original)

15. Nesse mesmo sentido é o posicionamento da Advocacia Geral da União – AGU no Parecer nº 13/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, o qual abordou sobre prazo de vigência nos contratos administrativos dito de escopo, explicando claramente a diferença entre este e o prazo de execução, nos seguintes termos:

[...]

I. CONSIDERA-SE EXTINTO O CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ATINGE SEU PRAZO FINAL DE VIGÊNCIA, AINDA QUE SEJA CLASSIFICADO COMO CONTRATO “DE ESCOPO”;

II. EXPIRADO O PRAZO DE VIGÊNCIA E PENDENTE A CONCLUSÃO DO OBJETO ALMEJADO NO CONTRATO DE ESCOPO, DEVE-SE PROVIDENCIAR A INSERÇÃO DA PARTE REMANESCENTE EM NOVO CONTRATO ADMINISTRATIVO, O QUAL DEVERÁ SER PRECEDIDO DE LICITAÇÃO OU ENQUADRADO EM ALGUMA HIPÓTESE DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE;

III. A DISPENSA DE LICITAÇÃO DO ART. 24, IV, DA LEI Nº 8.666/93 PODE SER UTILIZADA MESMO NOS CASOS EM QUE O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE ESCOPO TENHA EXPIRADO POR DESÍDIA DA ADMINISTRAÇÃO, DESDE QUE CUMPRIDOS OS REQUISITOS DO DISPOSITIVO LEGAL E RECOMENDADA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE QUEM DEU CAUSA À SITUAÇÃO EMERGENCIAL;

IV. A EXECUÇÃO DE CONTRATO EXTINTO, SEJA ELE DE ESCOPO OU DE EXECUÇÃO CONTINUADA, CONFIGURA CONTRATO VERBAL, APLICANDO-SE A ON/AGU Nº04/2009, QUE DETERMINA O PAGAMENTO POR MEIO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART. 59 DA LEI Nº 8.666/93;

V. É VEDADA A REALIZAÇÃO DE OUTROS ATOS CONTRATUAIS, TAIS COMO PRORROGAÇÃO OU RESCISÃO, DE CONTRATO ADMINISTRATIVO EXTINTO POR DECURSO DO PRAZO DE VIGÊNCIA. (Sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Posteriormente, a AGU complementou que o prazo de vigência não é vinculado ao prazo de duração dos créditos orçamentários, consoante Parecer nº 00008/2018/CPLC/PGF/AGU, cuja a transcrição de sua ementa segue anexo, *ipsi litteris*:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE ESCOPO. PARECER E CONCLUSÃO ANTERIORES DA CPLC: PARECER Nº 13/2013 E CONCLUSÃO DEPCONS/PGF/AGU Nº 58/2013. PARECER Nº 10/2014/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU E CONCLUSÃO DEPCONS/PGF/AGU Nº 83/2014. NOVA PROPOSTA: **VINCULAÇÃO AUTOMÁTICA DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO À DURAÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS. AUSÊNCIA DE SUPORTE LEGAL. VEDAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO COM PRAZO INDETERMINADO. DURAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO COMO LIMITE AO PRAZO DE VIGÊNCIA. AUTONOMIA DO PRAZO DE VIGÊNCIA EM RELAÇÃO AO PRAZO DE EXECUÇÃO E AO PRAZO DE DURAÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS: PRECEDENTES DA CGU/AGU. CONTROLE DO PRAZO DE VIGÊNCIA COMO MERA DECORRÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO. MEDIDA QUE CONTRIBUI PARA A EFICIÊNCIA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. MANUTENÇÃO DOS ENTENDIMENTOS DA CPLC/PGF, EM COMPATIBILIDADE COM OS DA CGU/AGU.**

I. O sentido da expressão “adstrito” que consta do caput do art. 57 da Lei n. 8.666/93 é, ao mesmo tempo, de limitação temporal e de autorização legal: o prazo de vigência do contrato não pode ser maior do que a vigência dos créditos orçamentários, mas pode ser estabelecido até o limite deste últimos.

II. A adstrição do prazo de vigência do contrato administrativo ao dos créditos orçamentários tem como fundamentos as regras de direito financeiro e a garantia de viabilidade econômica do projeto em execução.

III. Pela expressão “duração dos créditos orçamentários” do art. 57, caput, da Lei n. 8.666/93, entende-se não só o dia 31 de dezembro do ano em que pertence a dotação, mas também o período ulterior em que tal despesa figura como restos a pagar (ON/AGU n. 39).

IV. A equiparação automática do prazo de vigência à duração dos créditos orçamentários pode conduzir a uma situação de contrato com prazo indeterminado.

V. A CGU/AGU exige **a explicitação tanto do prazo de vigência como do prazo de execução no contrato administrativo**. Assim, por ordem de elasticidade, do maior para o menor, existem (i) o prazo de duração dos créditos orçamentários; (ii) o prazo de vigência do contrato administrativo e (iii) o prazo de execução do objeto contratado.

VI. A estipulação de um prazo de vigência explícito e claro não viola o princípio da eficiência, mas, ao contrário, auxilia na fiscalização, permite o controle interno, externo e social assim como contribui para a entrega tempestiva do objeto contratado sem exigir medidas adicionais de fiscalização para além do regular controle do cronograma de execução.

17. É patente que eventual continuidade a execução do contrato depois de expirada sua vigência, representa situação semelhante a um contrato verbal, vedada pelo art. 60 da Lei nº 8.666/93. Assim, dilatar o prazo ora analisado é medida necessária para se atenda preceitos jurídicos e que se alcance o interesse público pretendido com a execução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Por outro lado, neste tipo de contrato a estipulação do prazo de vigência contratual está atrelada ao prazo de execução, sendo que prorrogação daquele uma consequência lógica deste. Isto é inferido devido ao disposto no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

19. Embora a Lei de Licitação e Contratos não trouxe em seu bojo a previsão expressa da possibilidade de prorrogar apenas a vigência do contrato de escopo, a situação fática, alinhada ao princípio da supremacia do interesse público, impõe a prorrogação da vigência do Carta-contrato nº 18/2018 como a opção que mais bem atenderá ao interesse da Administração, conforme relato da gestão do contrato na Informação 7446 ([0470891](#)).

20. Destaca-se que os motivos para a prorrogação pretendida, 60 dias, estão razoavelmente justificados pela unidade SEMAP ([0472485](#)).

21. Quanto a garantia contratual, a Carta-Contrato nº 18/2018 estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *verbis*:

CLÁUSULA SÉTIMA – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

Subcláusula Primeira – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada: repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro e acréscimo quantitativo do contrato. (sem grifo no original)

22. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA Nº 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

23. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.**

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.**

24. Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar a renovação da garantia, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela cláusula sétima, subcláusula primeira, da Carta Contrato nº 18/2018, conforme já sistematizado na Cláusula Segunda da minuta constante no evento 0472737.

III – CONCLUSÃO

25. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da unidade gestora, esta assessoria jurídica **opina pela prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 60 (sessenta) dias**, com fundamento no artigo 57, § 2º da Lei nº 8.666/93, Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 18/2018.

26. Por derradeiro, a minuta do Terceiro Termo Aditivo juntada aos autos ([0472737](#)) encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não necessitando de reparo em sua fundamentação. Assim, está apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Contudo, deverá ser retirada o II da Cláusula Primeira e alterada a fundamentação legal para artigo 57, § 2º da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quinta da Carta-Contrato nº 18/2018.

27. Pelo exposto, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada ao processo pelo evento [0472737](#).

À consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 05/11/2019, às 12:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000759-72.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: 3ª Prorrogação de vigência da Carta Contrato nº 018/2018 - Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para elaboração de projetos elétricos e complementares para atender as necessidades de fornecimento de energia elétrica dos edifícios Sede, Fórum e Anexo II deste TRE-RO.

DESPACHO Nº 5551 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo de contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de engenharia para elaboração de Projetos Elétricos e complementares para atender as necessidades de fornecimento de energia elétrica dos edifícios Sede, Fórum, e Anexo II deste Regional.

Após regular procedimento licitatório, este Regional e empresa OLIVEIRA ARAUJO ENGENHARIA LTDA firmaram a Carta-Contrato nº 18/2018 ([0325247](#)). Após dois termos aditivos, foram estabelecidos os prazos de execução para o período de 10/02/2019 a 08/08/2019 e de vigência para 11/05/2019 a 06/11/2019.

Com o propósito de conceder tempo hábil para que a contratada conclua as correções necessárias para a efetiva entrega dos Projetos Executivos, o gestor solicitou a realização de aditivo contratual para registrar a prorrogação da vigência da Carta-contrato nº 18/2018 por mais 60 (sessenta) dias (0472485).

A COFC informou que não haverá impacto financeiro na pretensa prorrogação contratual, não havendo necessidade programação/reserva orçamentária ([0445553](#)).

A SECONT elaborou a minuta do Terceiro Termo Aditivo ([0472537](#)).

Instada a se manifestar, a AJDG opinou pela prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 60 (sessenta) dias, com fundamento no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

artigo 57, § 2º, V, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quinta, Subcláusula Segunda da Carta-Contrato nº 18/2018; pela notificação da contratada para apresentar a renovação da garantia; e aprovou os termos da minuta, ressaltando a necessidade de algumas correções ([0473418](#)).

A SECONT elaborou nova minuta, com as correções apontadas pela AJDG ([0473564](#)).

Por fim, a SAOFC se manifestou no mesmo sentido da AJDG ([0473578](#)).

Analisando os autos, verifico que o atraso no cumprimento do prazo de execução ocorreu devido culpa da contratada. Ocorre que, como destacado pelo gestor do contrato, a prorrogação pretendida é necessária para a execução completa dos serviços remanescentes.

Neste contexto, ainda que não haja ocorrido um dos motivos delineados no §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, a não prorrogação do contrato poderá acarretar prejuízos a esta Administração. Além disso, esta diretora-geral já determinou a instauração de procedimento para apuração de infração contratual e eventual aplicação de penalidade, conforme Despacho nº 3964 ([0447446](#)), exarado nos prestes autos.

Registra-se que os motivos para a prorrogação de 60 dias dos prazos de vigência foram demonstrados e justificados pela unidade gestora do contrato ([0472485](#)).

No tocante à **garantia contratual**, a Carta-Contrato nº 18/2018 estabelece a obrigação de a Contratada oferecê-la, nos seguintes termos:

CLÁUSULA SÉTIMA – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

Subcláusula Primeira – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada: repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro e acréscimo quantitativo do contrato. (sem grifo no original)

Assim, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela cláusula sétima, subcláusula primeira, da Carta Contrato nº 18/2018, conforme já sistematizado na Cláusula Segunda da minuta constante no evento [0473564](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por oportuno cabe registrar que a minuta do terceiro termo aditivo carreada aos autos foi devidamente aprovada pela Assessoria Jurídica, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93, nos termos ditos no item 27 do Parecer jurídico.

Assim, considerando a necessidade de prorrogação da vigência do contrato apontada pelo gestor, com fulcro no artigo 1º, II da Portaria nº 66/2018/PRE, esta diretoria-geral:

a) DEFERE a prorrogação dos prazos de vigência do contrato 018/2018, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 07/11/2019 com prazo final em 05/01/2020, com fundamento no no artigo 57, § 2º, VI, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quinta, Subcláusula Segunda do instrumento contratual;

b) DETERMINA a notificação da contratada para apresentar a renovação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do terceiro termo aditivo, nos termos da Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima do Contrato Administrativo n. 018/2018; e

c) DETERMINA a verificação prévia à assinatura do termo aditivo, das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

À SAOFC para continuidade dos procedimentos de execução do contrato.

Documento assinado eletronicamente por AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição, em 06/11/2019, às 13:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO ADITIVO Nº N. 3 À CARTA CONTRATO N. 18/2018.

TERMO ADITIVO N. 3 À CARTA CONTRATO N. 18/2018

PROCESSO SEI N. [0000759-72.2018.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 26/2018

**TERCEIRO TERMO ADITIVO A
CARTA CONTRATO N. 18/2018, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA OLIVEIRA ARAUJO ENGENHARIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ELÉTRICOS E COMPLEMENTARES OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DOS EDIFÍCIOS SEDE, FÓRUM E ANEXO II DO TRE-RO.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, comparecem, de um lado, a **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral Substituta, Senhora **ÁUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n. 517028/SSP-RO e CPF n. 408.521.642-20, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **OLIVEIRA ARAUJO ENGENHARIA LTDA**, CNPJ 17.030.652/0001-71, com sede na Avenida Laguna, n. 1045 - Quadra 132, Lote 01 - 2º Andar, Bairro Jardim Atlântico, CEP: 74.843-415, Município de Goiânia, Estado de Goiás, Telefone(s): (62) 3218-1812 / 98140-9692, E-mail: contato@oliveiraaraujo.eng.br, neste ato representada pela Senhora **FRANCIELLE PAIVA DE OLIVEIRA ARAUJO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 3774865/SSP-GO e CPF n. 961.396.411-87 e E-mail: francielle.paiva@oliveiraaraujo.eng.br, doravante denominada **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no DESPACHO Nº 5551/2019-PRES/DG/GABDG, de 06/11/2019, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da Carta Contrato n. 18/2018 (evento [0325247](#)), sem impactos financeiros, conforme a seguir demonstrado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Prorrogar o prazo de vigência por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 07/11/2019 com prazo final em 05/01/2020.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento no art. 56 da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente.

Subcláusula Única – A apresentação da Garantia deverá seguir as mesmas condições dispostas na CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, § 2º da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Quinta do Contrato originário.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo Aditivo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 06 de novembro de 2019.

ÁUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO Pela Contratante	FRANCIELLE PAIVA DE OLIVEIRA ARAUJO Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha

Documento assinado eletronicamente por **FRANCIELLE PAIVA DE OLIVEIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 06/11/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 06/11/2019, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 06/11/2019, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 06/11/2019, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190209

Disponibilização: 06/11/2019

Publicação: 07/11/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Publicação do Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO n. 18/2018, assinado em 06/11/2019. Contratada: OLIVEIRA ARAUJO ENGENHARIA LTDA, CNPJ n. 17.030.652/0001-71. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 07/11/2019 com prazo final em 05/01/2020. Fundamentação: Art. 57, § 2º da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quinta do Contrato originário. Ato de Autorização DESPACHO Nº 5551/2019 - PRES/DG/GABDG, de 06/11/2019. Signatários: pelo Contratante, a Senhora ÁUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretora do TRE-RO em substituição, e pela Contratada, a Senhora FRANCIELLE PAIVA DE OLIVEIRA ARAUJO. Processo SEI n. 0000759-72.2018.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 06/11/2019, às 15:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 217, sexta-feira, 8 de novembro de 2019

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 35/2019

Convocamos a empresa A.E. DE SOUZA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, CNPJ 24.872.725/0001-38, a qual se encontra em lugar incerto, não sabido, para, querendo, apresentar recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data desta publicação, no Processo Administrativo PAD 14754/2017, que resultou na decisão de aplicação de penalidade advertência, pelo descumprimento das obrigações pactuadas no Pregão Eletrônico nº 14/2017. O processo terá continuidade, independentemente do comparecimento de seu responsável.

Curitiba-PR, 7 de novembro de 2019.

JULIAN GASPARIN
Secretária de Gestão Administrativa

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2019

Nº PAD 13405/2016. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: BUFFALO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ da Contratada: 07.481.098/0001-95. Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de engenharia para a adequação da Sala de Design e Expediente deste Tribunal, em Curitiba. Valor: R\$ 55.499,00. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10.520/02. Vigência: 30/10/2019 a 29/01/2020. Data de Assinatura: 30/10/2019.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 84/2019

Nº PAD 10300/2019. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: CONSTRUTORA MAIORCA EIRELI. CNPJ da Contratada: 26.925.413/0001-70. Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de engenharia para adaptação ao uso e readequação de acessibilidade do Fórum Eleitoral de Curitiba-PR. Valor: R\$ 104.012,69. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10.520/02. Vigência: 24/10/2019 a 23/02/2020. Data de Assinatura: 24/10/2019.

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 49/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná comunica o resultado de julgamento da licitação em epígrafe, sob a forma de registro de preços. Vencedores: Patrícia Cerutti Binatti. Grupo 01 - R\$ 737.760,20; 02 - R\$ 1.869.722,80; 03 - R\$ 1.896.084,25; 04 - R\$ 1.906.995,35; 05 - R\$ 2.339.697,75; 06 - R\$ 2.460.580,65; 07 - R\$ 1.578.439,05; 08 - R\$ 3.121.592,15. Duma Empreendimentos Ltda.; Grupo 09 - R\$ 2.038.352,05.

JULIAN VELLOSO PUGH

Pregoeiro

(SIDEC - 07/11/2019) 070019-00001-2019NE000075

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 02 ao Contrato n. 006/2019. SEI 0006447-19.2019.6.17.8000. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e AGAPE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 07.990.965/0001-18. Objeto: a Supressão de R\$ 3.863,13, a partir de 01 de novembro de 2019, referente à exclusão de 01 posto de trabalho de 15 h de servente de limpeza, alocado na 3ª Zona Eleitoral, localizada em Bezerros/PE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 65, I, alínea "b" e § 1º da Lei n. 8.666/93, bem como no Parágrafo Segundo da Cláusula primeira do Contrato n.º 006/2019. VALOR DA CONTRATAÇÃO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01/03/2019 A 31/01/2020: R\$ 538.465,93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02122057020G0026; Natureza da Despesa: 33037; Nota de Empenho: 2019NE001003, de 30/10/2019; Espécie: Anulação 2019NE003012, de 26/02/2019; Valor da anulação: R\$ 2.575,42. DATA DE ASSINATURA: 30/10/2019. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Orson Santiago Lemos, Diretor Geral e pela Contratada, Ewertom Eduardo da Silva Pimentel, Sócio Gerente.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 05 ao Contrato n. 066/2016. SEI 0027308-31.2016.6.17.8000. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA. CNPJ: 01.724.109/0001-34. OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato n.º 066/2016, para o período de 01/01/2020 até 31/08/2021. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 e no Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do Contrato. VALOR DA CONTRATAÇÃO PARA O PERÍODO: R\$ 2.332.164,53. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ação - 084609 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado de Pernambuco; Natureza da despesa - 3390.37.04- Locação de Mão de Obra/Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3390.39.16 - OST - Pessoa Jurídica/Manutenção e conservação de bens imóveis; 4490.52.51 - Equipamentos e Material Permanente / Peças não incorporáveis a imóveis; 4490.52.42 - Equipamento e Material Permanente / Mobiliário em Geral; 4490.52.39 - Equipamentos e Material Permanente / Equipamento e Utensílios Hidráulicos e Elétricos; 4490.52.35 - Equipamento e Material Permanente / Equipamento de Processamento de Dados; 4490.52.12 - Equipamentos e Material Permanente / Aparelhos e utensílios domésticos; 4490.51.92 - Obras e Instalações / Instalações; Valor - R\$ 2.332.164,53. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Orson Santiago Lemos, Diretor Geral e pela Contratada, Jorge Luis Galvão Barros, Representante Legal.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário. TRE-PE n.º 2019NE1005, emitida em 04/11/2019. SEI nº 0009605-82.2019.6.17.8000. CONTRATADA: Daten Tecnologia LTDA. Valor: R\$ 1.093.264,00. OBJETO: Equip de TIC - computadores. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 037/19 deste TRE-PE. PTRES: 084609. Elemento de despesa: 4490.52.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2019 - UASG 70017

Nº Processo: 20190000014824. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa de agenciamento de viagens para os membros, servidores e colaboradores eventuais do TRE/RJ. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 08/11/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Wilson, 194, 1º Andar., Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70017-5-00044-2019. Entrega das Propostas: a partir de 08/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/11/2019 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUIS CESAR DANTAS GARCIA

Pregoeiro

(SIASGnet - 07/11/2019) 70017-00001-2019NE000001



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/intermidios.html>, pelo código 0530201910800151

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Publicação do Extrato do 3º TA ao Contrato TRE-RO 18/2018, assinado em 06/11/2019. Contratada: OLIVEIRA ARAUJO ENGENHARIA LTDA, CNPJ 17.030.652/0001-71. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 60 dias, a contar de 07/11/2019 com prazo final em 05/01/2020. Fundamentação: Art. 57, § 2º da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quinta do Contrato. Ata de Autorização DESPACHO 5551/2019/GABDO, de 06/11/2019. Signatários: pelo Contratante, AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAÚJO, Diretora do TRE-RO em substituição, e pela Contratada, FRANCIELLE PAIVA DE OLIVEIRA ARAUJO. Processo SEI 0000759-72.2018.6.22.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato 27/2019. Procedimento 0002360-52.2019.6.23.8000. Contratada: Ponto das Antenas Segurança Eletrônica Ltda. Objeto: Aquisição de sistema de vigilância monitorada (Sede, 2.ª, 4.ª, 7.ª e 8.ª ZE). Valor do Contrato: R\$ 545.604,60. Nota de Empenho: 2019NE000550, 2019NE000551, 2019NE000552, 2019NE000553, 2019NE000554, 2019NE000555, 2019NE000556, 2019NE000557, 2019NE000558. ED. PTRES: 084825 FONTE: 0100 ND 449052 24 PI: AREA PERMAN. Vigência: 31/12/2019. Data da Assinatura: 05/11/2019. Assina, pelo TRE/RR, Sr. Alex Caon Fin, Diretor-Geral; e, pela Contratada, João Marcos Cavalcante da Silva

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

Termo de Cooperação n.º 28/2019; Processo SEI 0000523-30.2017.6.23.8000; Consignatário: Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins - TRE/TO CNPJ: 31.546.476/0001-56; Objeto: Implantação do sistema Coyote. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/1993 art. 166. Vigência: 60 (sessenta) meses. Data da Assinatura: 29/10/2019; Assinam, pelo TRE/RR, Alex Caon Fin, Diretor-Geral; e pelo TRE/TO, FRANCISCO ALVES CARDOZO FILHO.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: Suporte Manutenção para Computadores Ltda. CNPJ da Contratada: 81.433.039/0001-02. Objeto: Fornecimento de roteadores de dados sem fio, decorrente da Ata de Registro de Preços n. 002/2019. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0042. Natureza da Despesa: 4.490.52. N. do Empenho: 2019NE001460. Data do Empenho: 18/10/2019. Valor: R\$ 36.200,00. Data da assinatura: 25/10/2019. Pregão n. 038/2019. Contrato n. 081/2019.

EXTRATO DE CONVÊNIO

PAE n. 30.262/2019. Parte: Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. CNPJ: 83.891.283/0001-36. Objeto: Cessão de uso de urnas eletrônicas, com suporte técnico, necessárias à realização de eleição informatizada para a escolha dos Representantes das Câmaras Técnicas do Conselho Superior - CONSUNI. Fundamentação legal: Lei n. 8.666/1993 e Res. TSE n. 22.685/2007. Data da Assinatura: 21/10/2019. Convênio n. 026/2019.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n. 003/2019. Pregão n. 048/2019. Contratada: H L P Comércio Eletro-Fonia Ltda. CNPJ da Contratada: 16.866.828/0001-67. Objeto: Registro de Preços de baterias VRLA seladas para notebooks. Valor unitário: Item 1: R\$ 57,02. Data de Assinatura: 30/10/2019. Vigência: 30/10/2019 a 30/10/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Seguros Sura S/A. CNPJ da Contratada: 33.065.699/0001-27. Objeto: Termo Aditivo n. 155/2019, referente ao Contrato n. 147/2018, cujo objeto é o seguro total para 3 (três) veículos novos de propriedade do TRES (prorrogação do prazo de vigência até 01 de maio de 2020/2020 e registra a emissão de novo empenho). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 22/10/2019. Pregão n. 107/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Thiago Henrique Sousa 06426088900. CNPJ da Contratada: 28.256.997/0001-64. Objeto: Termo Aditivo n. 160/2019, referente ao Contrato n. 032/2018, cujo objeto é a prestação de serviços de cobertura fotográfica de eventos, pautas e releases com fins jornalísticos (prorrogação do prazo de vigência até 15/11/2019). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 31/10/2019. Pregão n. 024/2018.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 106/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇO visando à contratação de serviços profissionais de fotografia e edição de imagens, com fornecimento de todo o material, equipamentos e profissionais necessários à cobertura fotográfica de eventos institucionais e de assuntos de interesse do eleitor. O Pregoeiro do TRE torna público o resultado da licitação em epígrafe. Sagrou-se vencedora a licitante RICARDO DE OLIVEIRA SÁ 30875743846 para o grupo único.

São Paulo, 6 de novembro de 2019

RICARDO MENDONÇA FALCÃO

Pregoeiro

ANA CAROLINA DA SILVA ROCHA

Pela Equipe de Apoio

(SIDEC - 07/11/2019) 070018-00001-2019NE682019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2019

Aviso de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº 34/2019, firmado com a empresa VIA ALIANÇA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA (CNPJ: 28.239.067/0001-00). Objeto: Fornecimento de veículos. Vigência: 12 (doze) meses. Vencedora dos itens 4 (Veículo SUV - Duster) no valor unitário R\$ 68.100,00 (sessenta e oito mil e cem reais) e 5 (Veículo SUV - Duster) no valor unitário de R\$ 68.100,00 (sessenta e oito mil e cem reais). A Ata está disponível no endereço: <http://www.tre-to.jus.br>, e na Secretaria de Administração e Orçamento/Seção de Licitações. Informações: (63) 3229-9776/9775.

Palmas, 6 de novembro de 2019.

CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS

Secretário de Administração e Orçamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

